

TEORIA QUEER E A RETÓRICA DA “IDEOLOGIA DE GÊNERO” AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS: ENTRE CRÍTICA E CAPTURA NEOLIBERAL

Matheus Luiz Franco G. da Silva ¹

INTRODUÇÃO

A inserção da Teoria Queer no campo das Relações Internacionais (RI) permanece relativamente marginal, apesar de seu potencial para desafiar pressupostos fundacionais da disciplina. Enquanto outras áreas das ciências humanas vêm mobilizando criticamente os conceitos de gênero e sexualidade como categorias analíticas centrais, as RI ainda operam majoritariamente com categorias binárias e universalizantes, como Estado, soberania, poder, segurança e anarquia. Este trabalho parte da premissa de que a Teoria Queer não apenas tensiona essas categorias, como também oferece ferramentas para repensar os regimes de verdade e as formas de regulação da vida que estruturam o sistema internacional.

A proposta aqui apresentada é articular três eixos que, apesar de frequentemente analisados de forma separada, compartilham conexões profundas: a crítica epistemológica da Teoria Queer, a circulação transnacional da retórica da “ideologia de gênero” e a captura neoliberal de pautas identitárias no campo internacional. O ponto de partida é o reconhecimento de que o debate sobre sexualidade e gênero ultrapassou há muito o escopo das políticas domésticas e ingressou de forma contundente no léxico da diplomacia, dos direitos humanos e das agendas multilaterais. Esse deslocamento não ocorre sem conflito: ele mobiliza resistências organizadas, discursos morais transnacionais e novos arranjos de poder.

Autores como Diego Santos (2014) já chamam atenção para o papel da sexualidade na constituição dos Estados: “ao regular a sexualidade, Estados e nações garantem sua reprodução social e biológica” (p. 1). Essa percepção permite vincular debates sobre corpo, desejo e norma a processos históricos de construção da ordem internacional. A esse quadro soma-se a crítica de Dardot e Laval (2019), para quem o neoliberalismo deve ser compreendido como uma racionalidade difusa, produtora de subjetividades adaptáveis à concorrência e à governança por desempenho. Nesse contexto, não apenas os mercados, mas também os corpos, os afetos e as

¹ Cientista Político (UNIRIO), Mestrando em Ciências Sociais (PUC-RJ) e Especializando em Patrimônio Cultural (CEFET-RJ). Bolsista CAPES. matheuslfgs@gmail.com.

identidades passam a ser moldados segundo critérios de eficiência, flexibilidade e utilidade política.

A retórica da “ideologia de gênero”, que ganha visibilidade em oposição às resoluções das conferências do Cairo (1994) e Pequim (1995), é compreendida aqui como uma tecnologia discursiva com função organizadora no interior de projetos conservadores e autoritários. Como demonstram Paternotte e Kuhar (2018), esse discurso atua como elemento comum a diferentes coalizões antigênero, operando tanto como justificação moral quanto como instrumento político. Kováts e Pöim (2015) destacam que o gênero se converteu, nesses discursos, em um significante de alerta contra o colapso da civilização, funcionando como “cola simbólica” entre partidos nacionalistas, igrejas e think tanks conservadores. O que está em disputa, portanto, não é apenas o conteúdo das políticas de gênero, mas o próprio horizonte de governança democrática e plural.

Ao propor uma leitura cruzada entre esses três eixos — Teoria Queer, ideologia de gênero e razão neoliberal — esta pesquisa busca contribuir para o deslocamento do debate sobre gênero e sexualidade nas RI, propondo não apenas uma ampliação temática, mas uma inflexão teórico-metodológica que interroga os próprios fundamentos epistemológicos do campo.

METODOLOGIA

A presente pesquisa adota uma abordagem qualitativa, de natureza teórica e interpretativa, com forte ancoragem nos referenciais críticos das Relações Internacionais (RI) e nos estudos queer. Parte-se da compreensão de que, longe de serem categorias apenas analíticas, conceitos como “gênero”, “sexualidade” e “normalidade” operam como dispositivos de poder, que estruturam práticas, discursos e regimes de verdade no sistema internacional. Em termos metodológicos, a Teoria Queer é mobilizada não apenas como objeto, mas como ferramenta crítica, capaz de produzir deslocamentos epistêmicos ao questionar as bases normativas da disciplina.

A análise desenvolvida aqui articula duas frentes complementares. A primeira é uma revisão bibliográfica crítica, centrada em autores e autoras que discutem o papel da Teoria Queer nas RI (Weber, 2016; Santos, 2014), bem como aqueles que problematizam os processos de captura neoliberal de pautas identitárias (Berlant, 2011; Fraser, 2013; Dardot; Laval, 2019). Essa revisão é construída de forma a integrar debates oriundos de diferentes campos — como filosofia política, estudos de gênero e governamentalidade — à análise da política internacional, o que requer uma metodologia flexível, transdisciplinar e atenta à heterogeneidade das fontes.

A segunda frente consiste na análise de discursos secundários, baseada na literatura especializada sobre campanhas antigênero na Europa e América Latina (Paternotte; Kuhar, 2018; Kováts; Póim, 2015), associada à observação sistemática de documentos institucionais, resoluções multilaterais, pronunciamentos oficiais e estratégias de comunicação política. Esses materiais são tratados não como simples evidência empírica, mas como manifestações discursivas de um campo em disputa, no qual linguagem e poder estão intimamente conectados.

A metodologia proposta combina, assim, uma leitura cruzada entre teoria e empiria, evitando uma separação rígida entre reflexão abstrata e análise contextual. Dialogando com as perspectivas metodológicas de Cynthia Weber (2016), para quem as RI são performances discursivas, e com J. Ann Tickner (1992), que defende abordagens situadas e sensíveis às desigualdades epistêmicas, a pesquisa adota uma postura que rejeita a objetividade neutra e prioriza o questionamento das categorias fundantes do campo.

Essa escolha metodológica também responde ao desafio de pensar a Teoria Queer não como mero campo temático, mas como dispositivo teórico-político, apto a deslocar o olhar das RI para os processos de produção de subjetividade, governança moral e normalização das diferenças. Ao recorrer a materiais já analisados por estudos consolidados, evita-se o risco de imprecisão empírica, ao mesmo tempo que se mantém o foco no desenvolvimento conceitual e na construção de uma matriz analítica capaz de problematizar a circulação da retórica antigênero no sistema internacional.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

As leituras realizadas até aqui indicam que a retórica da “ideologia de gênero” cumpre papel estratégico na articulação de forças conservadoras e autoritárias em escala global. Como demonstram Paternotte e Kuhar (2018, p. 7–10), esse discurso emerge como resposta articulada a avanços normativos conquistados por pautas feministas e LGBTQIA+ no interior das organizações internacionais. A partir dos anos 1990, especialmente após as conferências do Cairo e de Pequim, uma rede transnacional de atores religiosos, políticos e jurídicos se mobiliza para contestar o uso do termo “gênero” nos documentos multilaterais. Essa mobilização culmina na consolidação de um léxico antigênero que, embora mutável, possui elementos estruturantes reconhecíveis: defesa da família “natural”, rejeição à suposta imposição ocidental de valores morais, crítica ao globalismo e associação entre diversidade sexual e ameaça à soberania.

Kováts e Póim (2015, p. 27) destacam que o gênero se converteu, nesse contexto, em um significante de perigo — operando como “cola simbólica” entre diferentes setores da direita europeia, articulando nacionalismo, cristianismo político e securitização moral. Essa gramática, ao mesmo tempo local e global, mostra-se eficaz na reconfiguração de agendas políticas, influenciando desde legislações domésticas até posicionamentos em fóruns internacionais. A retórica da “ideologia de gênero” não apenas circula, mas é instrumentalizada estratégicamente para produzir legitimidade política, fortalecer projetos autoritários e desestabilizar normas internacionais de direitos humanos.

Por outro lado, a institucionalização dos direitos LGBTQIA+ em organismos multilaterais — como a ONU, a OEA ou a União Europeia — tem ocorrido majoritariamente sob formatos compatíveis com a racionalidade neoliberal. Conforme alerta Berlant (2011, p. 79), “o reconhecimento pode operar como forma de otimização subjetiva”, substituindo transformações estruturais por mecanismos simbólicos de pertencimento. Fraser (2013, p. 56) complementa esse argumento ao sustentar que o deslocamento da redistribuição para o reconhecimento simbólico fragiliza a força crítica das pautas de justiça social. Essas leituras sugerem que o avanço institucional de certas identidades sexuais e de gênero nem sempre implica ruptura: ele pode coexistir com a lógica de mercantilização, seletividade e gestão da diferença.

O conceito de homonacionalismo, cunhado por Puar (2007, p. 3), ilumina de forma contundente esse fenômeno: trata-se da incorporação estratégica de identidades LGBTQIA+ por determinados Estados ocidentais como marca de civilidade e progresso, muitas vezes em contraste com populações racializadas ou islamizadas, vistas como retrógradas e perigosas. Nesse processo, a diversidade sexual é valorizada apenas quando domestica a dissidência, adaptando-a à norma hegemônica. Como consequência, o sujeito queer só é reconhecido institucionalmente quando performa adequadamente os valores de respeito, tolerância, produtividade e lealdade nacional — valores compatíveis com a racionalidade neoliberal.

A Teoria Queer, nesse cenário, permite desnaturalizar tanto a ofensiva antigênero quanto a política da inclusão sob gestão neoliberal. Ao tensionar os binarismos estruturantes das RI — público/privado, Estado/sujeito, segurança/ameaça —, a abordagem queer revela os regimes de normalização que operam na produção da ordem internacional. Mais do que uma crítica temática, trata-se de uma intervenção epistemológica: ao deslocar o foco da segurança estatal para os modos como os corpos e os desejos são regulados, a crítica queer reconfigura o campo analítico das relações internacionais.

Esse deslocamento torna visível o fato de que os conflitos contemporâneos sobre gênero e sexualidade são, ao mesmo tempo, morais, geopolíticos e econômicos. O discurso antigênero, ao invocar uma ameaça fantasmática à “ordem natural”, não apenas ataca direitos, mas reforça mecanismos de controle, vigilância e diferenciação. A crítica queer, por sua vez, ao interrogar os termos dessa disputa, contribui para reposicionar o sujeito político no espaço global e questionar os alicerces do reconhecimento internacional. A partir dessa perspectiva, tornam-se urgentes investigações sobre os modos como os regimes multilaterais negociam a diversidade e administram a dissidência, e até que ponto tais mecanismos produzem governabilidade sem transformação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da articulação entre a Teoria Queer, a retórica da “ideologia de gênero” e as dinâmicas de captura neoliberal no campo das Relações Internacionais (RI), esta pesquisa propôs um deslocamento analítico e metodológico que não apenas amplia o escopo temático da disciplina, mas também interroga seus fundamentos epistemológicos. A crítica queer, ao desestabilizar categorias tidas como estáveis — como identidade, soberania e segurança —, revela que as políticas internacionais não apenas respondem a crises materiais ou institucionais, mas também produzem regimes de subjetividade e normalização.

As campanhas antigênero analisadas pela literatura recente não podem mais ser tratadas como fenômenos localizados ou episódicos. Elas constituem estratégias discursivas com vocabulário transnacional e base organizativa articulada, capazes de influenciar tanto políticas públicas quanto tratados multilaterais. Ao mesmo tempo, a institucionalização de pautas LGBTQIA+ nos organismos internacionais se dá frequentemente sob a égide de valores neoliberais, que privilegiam reconhecimento simbólico e inclusão condicional, em detrimento de transformações estruturais. Nesse cenário, a dissidência sexual e de gênero corre o risco de ser absorvida como emblema de progresso, desde que compatível com parâmetros normativos de conduta e pertencimento.

A Teoria Queer, neste contexto, não se limita a tematizar sexualidades ou identidades: ela oferece um repertório teórico para interrogar o próprio modo como o mundo é organizado, os sujeitos são produzidos e os corpos são governados. Sua inserção no campo das RI não deve ser restrita a estudos de caso ou categorias suplementares, mas tratada como chave de leitura crítica, capaz de reconfigurar os termos do debate sobre política, poder e vida.

Este trabalho defende, assim, que pensar gênero e sexualidade nas RI não é apenas responder à emergência de novos atores ou novas demandas, mas reconhecer que tais categorias atravessam as formas pelas quais o sistema internacional se constitui e se autorreproduz. Ao integrar a crítica queer à análise dos dispositivos de regulação contemporâneos — como a retórica antigênero e a governança neoliberal —, a pesquisa propõe uma virada epistemológica que recoloca no centro das RI questões historicamente marginalizadas, mas politicamente decisivas. Trata-se, em última instância, de deslocar a disciplina da gestão da diversidade para a crítica da norma.

Palavras-chave: Teoria Queer, relações internacionais, neoliberalismo, ideologia de gênero, subjetividade.

REFERÊNCIAS

- BERLANT, Lauren. *Cruel optimism*. Durham: Duke University Press, 2011.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2019.
- FOUCAULT, Michel. *O nascimento da biopolítica*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- FRASER, Nancy. *Fortunas do feminismo: do capitalismo administrado pelo Estado à crise neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2013.
- KOVÁTS, Eszter; PÓIM, Maari (orgs.). *Gender as symbolic glue: The position and role of conservative and far right parties in the anti-gender mobilizations in Europe*. Brussels: Foundation for European Progressive Studies, 2015. Disponível em: . Acesso em: 9 jun. 2025.
- PATERNOTTE, David; KUHAR, Roman. Disentangling and locating the “Global Right”: Anti-Gender Campaigns in Europe. *Politics and Governance*, v. 6, n. 3, p. 6–19, 2018. DOI: <https://doi.org/10.17645/pag.v6i3.1557>.
- PUAR, Jasbir K. *Terrorist assemblages: homonationalism in queer times*. Durham: Duke University Press, 2007.
- SANTOS, Diego. As relações internacionais sob a lente da teoria queer. In: I Encontro Nacional de Teoria Queer, 2014, Salvador. Anais [...]. Salvador: UFBa, 2014.
- TICKNER, J. Ann. You just don’t understand: Troubled engagements between feminists and IR theorists. *International Studies Quarterly*, v. 36, n. 3, p. 295–311, 1992.
- WEBER, Cynthia. *Queer international relations: sovereignty, sexuality and the will to knowledge*. Oxford: Oxford University Press, 2016.